

PROJETO

EDUCAÇÃO PARA A GARANTIA DE DIREITOS



ESCOTEIROS
DO BRASIL

MODELO DE PROJETO

Solicitação de Inclusão no “**Banco de Projetos**” para captação de recursos FIA/Doações (obrigatório o preenchimento de todos os itens).

1. Caracterização do projeto

1.1. Nome do projeto

Educação para a Garantia de Direitos

1.2. Local onde serão executadas as ações do projeto (abrangência do projeto)

- Estadual
 Regional
 Intermunicipal (no mínimo três municípios)

Será realizado nas cidades do estado do Paraná, com enfoque na cidade de Curitiba e Região Metropolitana, em escolas públicas e em organizações da sociedade civil que atuem com o acolhimento institucional e com serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.

1.3. Dados cadastrais do proponente

Entidade proponente União dos Escoteiros do Brasil		CNPJ 33.788.431/0001-13
Endereço Rua Coronel Dulcídio, 2017		CEP 80250-100
Telefone (41) 3353-4732	Fax: (41) 3353-4732	E-mail institucional mobilizacao@escoteiros.org.br
Responsável Alessandro Garcia Vieira	CPF 505.517.361-00	Função Diretor Presidente
Número da conta corrente 30321-6	Banco (Banco do Brasil ou Caixa Econômica) Banco do Brasil 001	Número de agência 2920-3
Nome do responsável técnico do projeto Luiz Cesar Simas Horn	Função Gerente de Métodos	E-mail mobilizacao@escoteiros.org.br
Telefone (41) 3353-4732	Celular (47) 9971-3121	Registro no Conselho Profissional CRP-12/01237

1.4. Valor do projeto / programa (valor extenso)

(FIA) **R\$ 1.001.663,40**

1.5. Classificação do projeto conforme artigo 6º da Deliberação CEDCA 015/2008

- Garantia do direito à convivência familiar e comunitária;
 Enfrentamento à Violência;
 Erradicação do trabalho infantil;
 Atendimento em situação de risco;
 Prevenção e tratamento a dependência e uso de substâncias psicoativas;
 Atenção aos internados por motivos de saúde;
 Atenção ao adolescente em conflito com a lei;

(Alteração dada pela Deliberação nº 061/2013)

2. Descrição da realidade

2.1. Problemas: *(situações e indicadores sociais da realidade local que se pretende enfrentar e modificar com o projeto. Ex.: número de crianças/adolescentes em situação de exploração sexual, em vivência de rua, vítimas de violência física, etc.)*

A garantia dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil é um desafio. Já se passaram mais de 25 anos da criação do ECA e, mesmo com incontáveis avanços, desafios básicos ainda não foram superados. No Paraná, a população de crianças e adolescentes concentra cerca de 2,9 milhões de pessoas, na faixa etária entre 0 e 17 anos, segundo dados do IBGE de 2010, representando pouco mais de 26% da população do estado. Considerando um recorte desta faixa etária, a população entre 6 e 14 anos, cerca de 1,6 milhões de pessoas, cerca de 41 mil não frequentava a escola, segundo dados do IBGE. Apesar do percentual ser baixo, cerca de 2,5%, o número absoluto é alarmante, equivalendo a uma cidade de pequeno porte inteira ausente do sistema formal de educação. Importante observar também que cerca de 3 mil crianças e adolescentes, vítimas de situação de violência, abuso ou abandono também se encontram em situação de acolhimento institucional, com seus vínculos familiares rompidos. Os motivos que levam as crianças e os adolescentes a estas situações variam desde o enfraquecimento dos vínculos familiares, devido a fatores socioeconômicos ou comportamentais; e situações de drogadição, criminalidade e violência doméstica; vitimizando a criança e o adolescente, que passa a carecer de vínculos e exemplos que contribuam para sua formação e desenvolvimento integral.

Realidade do Acolhimento Institucional de crianças e adolescente no Paraná

Em 2013, segundo o Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviços de acolhimento, publicado pela Hucitec, cerca de 3.800 pessoas entre 0 e 17 anos encontram-se em situação de acolhimento institucional no estado do Paraná, cerca de 10% de todo o público em situação de acolhimento no país. As entidades que realizam estas atividades de Acolhimento Institucional, possuem a obrigação de promover atividades de coeducação, a participação de pessoas da comunidade no processo educativo e a participação na vida da comunidade local. Entre suas atribuições, devem também atuar para o desenvolvimento integral, para fortalecer sua cidadania, sua autonomia e sua inserção social.

Paralelamente, estas organizações precisam investir tempo, recursos humanos e recursos materiais para as atividades meio, tais como mobilização de recursos, administração de recursos humanos, treinamentos, entre outras ações administrativas. Conforme o levantamento citado acima, cerca de 40% das contratações nestas entidades são de profissionais vinculados a atividade não ligadas diretamente as atividades fim da instituição. Os recursos dedicados a estas atividades, por vezes, reduzem o potencial de promover ações direcionadas ao desenvolvimento integral das crianças e jovens atendidos, considerando que os profissionais das áreas de saúde e serviços social nestas unidades ficam, por vezes, sobrecarregados pelas demandas cotidianas.

O grande número de crianças e adolescentes em situação de acolhimento no Paraná se reflete também no número de unidades de acolhimento, que totalizam 306 (dados de 2013), o maior da Região Sul e o terceiro maior do país, levando a uma média de 12 acolhidos por unidade.

Realidade dos alunos de escolas públicas municipais e estaduais no Paraná

O estado do Paraná conta com mais de 2,1 mil escolas e cerca de 1,1 milhão de alunos. Somando a rede conveniada que atende a crianças e adolescentes com deficiência, este número alcança 2,5 mil escolas e quase 1,2 milhões de alunos. As taxas de reprovação no ensino público no Paraná foram superiores as taxas encontradas no Brasil, alcançando mais de 14% dos alunos da rede. Segundo dados de 2015, do Governo do Estado do Paraná, o investimento por aluno na rede pública chega a R\$ 3,6 mil ao ano. Desta forma, a reprovação de alunos chega a gerar um gasto recorrente aos cofres públicos de cerca de R\$ 554 milhões ao ano, um impacto expressivo nas finanças estaduais. Há que se analisar também a taxa de desistência, que alcança patamares de 7% ao ano para o ensino médio e 3% para o fundamental. Conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a não conclusão do ensino fundamental reduz em até 35% as possibilidades de uma pessoa conseguir emprego, enquanto cada adicional de estudo pode ampliar em 15% o salário médio. Infere-se que um aluno que não conclua seu ensino médio poderá chegar ao mercado de trabalho com um salário entre 15% e 45% inferior.

Relaciona-se ao índice de reprovação e abandono escolar a situação estrutural das escolas públicas no estado, em parte pelas dificuldades encontradas para realizar investimentos mais expressivos na infraestrutura escolar; em parte por ações de vandalismo dos próprios alunos, crianças e adolescentes. Segundo a Comissão da Criança e do Adolescente da OAB-PR, um dos motivos que levam a estas ações é a formação inadequada do jovem e a falta de atratividade nos processos de ensino formais.

Principais desafios para a infância e adolescência

A aplicação integral do Estatuto da Criança e do Adolescente é um sonho comum para as organizações sociais que atuam no Brasil. Nota-se, pelos contextos até então apresentados, que além de fatores de conjuntura de investimento nas políticas públicas de educação; do sistema metodológico utilizado nos processos de educação formal; das situações de drogadição, abusos e violência doméstica; que culminam na vitimização das crianças e adolescentes, outro fator pouco valorizado nas políticas públicas é o adequado aproveitamento dos tempos livres de crianças e adolescentes, por meio de atividades de educação não formal. Dentre cinco fatores destacados, em um plano direcionado as crianças e adolescentes no governo norte-americano, destaca-se a necessidade de adequado emprego do tempo livre, paralelo a necessidade de se trabalhar junto as influências individuais relacionadas à biografia pessoal, à inserção em grupos, ao desempenho de lideranças e à saúde mental.

A ausência de oportunidades, para o emprego do tempo livre, de forma considerada socialmente construtiva, é considerada um dos fatores que contribuem, associadamente aos fatores já citados, para as situações de vulnerabilidade nas quais se enquadram grande parcela de nossas crianças e adolescentes, conforme artigo apresentado por Sérgio Adorno, pesquisador do Departamento de Sociologia da USP, para a revista São Paulo em Perspectiva. A conjunção de fatores como violência doméstica, desestruturação familiar, baixa atratividade do sistema de ensino formal e ausência de oportunidades para o emprego do tempo livre de forma socialmente construtiva, geram um ambiente propício a vitimização de nossas crianças e adolescentes e não contribuem para a garantia de alguns direitos básicos à liberdade previstos no ECA, dentre eles:

- Liberdade de opinar e expressar-se em um ambiente disposto a escutá-lo e orientá-lo;
- Brincar, praticar esportes e divertir-se, em espaços de convivência orientada;
- Participação na vida comunitária, com a instrução de adultos que possam orientá-los sobre os impactos sociais e ambientais que podem gerar em suas comunidades;
- Atendimento socioeducativo em meio aberto, que não pode ser confundido ou reduzido as ações com as crianças e adolescentes em conflito com a lei, mas sim como uma modalidade de atuação que, conforme apresenta a Rede Evangélica Nacional de Ação Social (RENAS), se configura estrategicamente como espaço da sociedade civil contribuir para a formação integral da criança e do adolescente.
- Acesso à cultura, a ciência e tecnologia, ao esporte e a interesses profissionais em formação, não somente pelos caminhos formais de ensino, mas conforme seus interesses, respeitando seu processo natural de desenvolvimento, suas habilidades e aptidões.

Este projeto terá como intuito contribuir com a Política Estadual dos Direitos das Crianças e dos Adolescente, a partir das situações acima identificadas, na busca pela plena aplicação do ECA.

2.2. Oportunidades: *(possibilidades/recursos que se apresentam na realidade local para a potencializar as ações do projeto. Ex.: aprovação do Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes; rede socioassistencial articulada com a rede de saúde e educação no trabalho com famílias; atuação efetiva dos conselhos tutelares, dos Conselhos dos direitos da criança e do adolescente e do Ministério Público no combate ao trabalho infantil; etc.)*

Em 2014 foi publicado o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná. Este amplo documento, além das bases legais para a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes apresenta os principais eixos que nortearão a política estadual para consolidação do ECA no Paraná. As ações propostas por este projeto se ancoram em diversos dos eixos e ações propostas pelo Plano Decenal. Estas oportunidades para o desenvolvimento do projeto, alinhados a política pública estadual serão aqui apresentados.

Dentre os eixos temáticos, temos o direito à vida como um dos primeiros abordados no documento. Destaca-se a necessidade do estado do Paraná de se trabalhar a sensibilização de crianças e adolescentes quanto aos riscos do uso de drogas. O Movimento Escoteiro vê a possibilidade de disseminar as ações já desenvolvidas em Unidades Escoteiras Locais, a partir da Cartilha Papo Reto, desenvolvida pelos Escoteiros do Brasil, com o patrocínio do Banco da Amazônia, do Governo Federal e do Programa Mensageiros da Paz, da Organização Mundial do Movimento Escoteiro (WOSM), buscando evitar o cometimento de atos infracionais relacionados ao uso destas substâncias.

Já no eixo direito à liberdade, respeito e dignidade, cinco possibilidades de trabalho são apresentadas:

1) Atuar na sensibilização e mobilização da população sobre a temática da violência contra crianças e adolescentes; **2)** Contribuir para fortalecer a rede de instituições que devem desenvolver ações de erradicação do trabalho infantil e proteção da infância e adolescência: estas duas ações são desenvolvidas por meio das atividades ligadas a cartilha “Proteção da Criança e do Adolescente: orientações sobre como lidar com casos, denunciar e prevenir o abuso sexual”, entrega para todos as famílias de crianças e adolescente que participam de Unidades Escoteiras Locais, tendo já alcançado mais de 60 mil famílias no Brasil.

3) Atuar no fortalecimento de políticas públicas de garantia de proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes; **4)** Promover ações de prevenção e enfrentamento às manifestações das violências no ambiente escolar: estas duas possibilidades de ação são vinculadas aos trabalhos desenvolvidas por meio da cartilha “Bullying: o que todos devem saber no Grupo Escoteiro”.

5) Atuar no fortalecimento das políticas públicas de garantia de proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes dentro do ambiente escolar: a partir das ações acima citadas e dos programas de formação de voluntários, os Escoteiros do Brasil contribuem com o Plano Decenal no Paraná. Parte deste trabalho também é desenvolvido a partir do Projeto Escotismo nas Escolas.

6) Fomentar ações intersetoriais junto às Comunidades Tradicionais: o interesse do governo do estado e da sociedade civil em atuar na garantia de direitos junto a estas comunidades, se expressa também pelos projetos já desenvolvidos pela organização, na promoção do Escotismo junto a comunidades indígenas na Região do Alto Solimões no Amazonas e nas propostas de projetos em análise junto a WOSM para a realização deste trabalho junto a quilombolas, ribeirinhos e comunidades ucranianas.

No eixo da convivência familiar e comunitária, há a oportunidade de se atuar na estruturação dos equipamentos e no apoio a oferta e a organização de ações, projetos, programas e serviços que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários das crianças e adolescentes e o desenvolvimento de ações de protagonismo. Este extrato de texto, retirado do Plano Decenal, também demonstra forte adesão ao sistema de trabalho proposto pelos Escoteiros do Brasil, que promove o engajamento dos pais das crianças e adolescentes como voluntários; que incentiva que a criança e o adolescente sejam protagonistas de seu próprio desenvolvimento, por meio do Método Escoteiro; por meio do incentivo a participação Conselho Nacional da Juventude, entre outros.

É notória também a oportunidade que se apresenta, por meio do eixo direito a educação, cultura esporte e lazer, com o fomento de atividades artísticas para crianças e adolescentes. Tendo por base que o jovem deve ser protagonista de seu próprio desenvolvimento, as Especialidades são trabalhadas dentro do Programa Educativo, oportunizando que a criança ou o adolescente busque, a partir de seus interesses pessoais, o desenvolvimento de cerca de 220 diferentes tipos de especialidades, sendo 43 na área da cultura, mais de 30 delas na área de ciência e tecnologia, cerca de outras 40 na área esportiva e quase 90 na área de serviços. Este eixo também oportuniza a realização de atividades de sensibilização de crianças e adolescentes sobre cidadania e meio ambiente, ação amplamente desenvolvida pelas Unidades Escoteiras Locais, por meio de seu Programa Educativo e por meio do Mutirão Nacional Ecológico e do Mutirão Nacional de Ação Comunitária, que juntos sensibilizaram cerca de 800 mil pessoas no país nestas temáticas.

Por fim, o último eixo que oportuniza ações de desenvolvimento das políticas públicas para as crianças e adolescentes, por meio do Movimento Escoteiro, é o fortalecimento das estruturas do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, a partir de cinco linhas de ação:

1) Permitir a divulgação, fortalecimento e reafirmação dos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente: além das ações já citadas, desenvolvidas junto aos pais e as famílias, há a oportunidade de ampliar os trabalhos de formação junto à comunidade com a formação de voluntários, hoje mais de 20 mil pessoas, voluntários que participam de formações ligadas a Política de Proteção Infância Juvenil, Sexualidade em Crianças e Jovens e Prevenção ao consumo e uso de drogas.

2) Permitir o engajamento no fortalecimento e na potencialização das redes e comitês quanto à promoção dos direitos das crianças e adolescentes e contribuir com o estímulo a ampliação e o fortalecimento da participação da sociedade civil e a mobilização de entidades a participar do Fórum DCA/PR e fortalecer a participação das já filiadas: além da participação no Fórum Nacional DCA, Conanda e Conjuve, são incentivadas a participação de jovens e de voluntários nos conselhos e nas redes de proteção à criança e o adolescente. No Paraná, os Escoteiros do Brasil coordenam o Fórum DCA de Curitiba e Região, em conjunto com a Associação Fênix e a ACTLeste.

3) Possibilitar a sensibilização, a mobilização e a formação de crianças e adolescentes quanto a seu papel como sujeitos de direitos na construção de políticas públicas e na efetivação da cidadania, estimulando o protagonismo juvenil: o Programa Educativo do Movimento Escoteiro possibilita, em sua essência, o estímulo ao protagonismo de crianças e adolescentes. Este processo é reforçado por meio da Rede de Jovens Líderes.

4) Formar uma cultura de paz: incentivados pela WOSM, os Escoteiros do Brasil promovem o Programa Mensageiros da Paz, uma plataforma que reúne iniciativas, no Brasil e no mundo, de milhares de adolescentes e jovens que buscam promover melhorias e avanços em suas comunidades.

5) Fortalecer os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos pelo oferecimento da proposta educativa do método escoteiro para organizações sociais atuantes no estado do Paraná.

Soma-se a estas inúmeras oportunidades, a partir do Plano Decenal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes do Estado do Paraná, o Planejamento Estratégico da WOSM e dos Escoteiros do Brasil, que visam levar os benefícios do Programa Educativo do Movimento Escoteiro para um número cada vez maior de crianças e adolescentes. No mundo são mais de 40 milhões de pessoas, das quais, 80 mil estão no Brasil. Nosso intuito é alcançar 200 mil pessoas até 2021, uma meta audaciosa e que poderá fortalecer a promoção dos direitos das crianças e adolescentes no país.

As mais de 2,1 mil escolas públicas e as mais de 300 entidades de acolhimento também caracterizam-se como oportunidades para ampliação do projeto.

3. Público alvo

3.1. Caracterização do público alvo

O presente projeto beneficiará crianças e adolescentes de escolas públicas e de entidades de acolhimento do estado do Paraná, caracterizados por crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional ou de famílias de baixa renda de escolas públicas e de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.

3.2. Número total de crianças/adolescentes a serem atendidas

1400 crianças e adolescentes.

3.3. Faixa etária

6,5 anos a 17 anos.

3.4. Número de famílias a serem atendidas

Estima-se o número de 170 famílias beneficiadas. No entanto, como o projeto atuará com crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, por vezes, sem vínculos familiares, o número relacionado às famílias será vinculado inicialmente ao público de escolas públicas e de serviços de convivência e, eventualmente, quando autorizado pelas entidades de acolhimento, também as crianças e adolescentes nelas acolhidos. Reforçamos que o projeto já conta com o apoio da Rede Interinstitucional de Acolhimento (RIA).

4. Objetivos

4.1. Objetivo Geral

Promover e garantir os direitos de crianças e adolescentes, em especial, à liberdade, respeito e dignidade, através da oferta de atividades educativas para escolas públicas, entidades de acolhimento institucional e entidades que atuem com serviços de convivência e fortalecimento de vínculos no estado do Paraná, alcançando 1400 crianças e adolescentes.

4.2. Objetivos específicos

- Sensibilizar e mobilizar as comunidades sobre a temática da violência contra crianças e adolescentes;
- Atuar no fortalecimento de políticas públicas de proteção às crianças e adolescentes, por meio do *advocacy* nos níveis municipais e estadual;
- Sensibilizar as crianças e adolescentes e promover o enfrentamento a manifestações de violência no ambiente escolar e em entidades de acolhimento e convivência, expressas em especial pelo Bullying;
- Ofertar atividades que contribuam para que a criança e o adolescente possam utilizar seu tempo livre de forma construtiva junto a escolas públicas e junto a entidades de acolhimento institucional;
- Promover as ações educativas do Método Escoteiro junto a comunidades tradicionais;
- Fortalecer nas crianças e adolescentes sua prática como protagonistas em suas comunidades;
- Oferecer oportunidades para que a criança e o adolescente busque o conhecimento conforme seus interesses e aptidões nas áreas da cultura, ciência e tecnologia, esportes, serviços e habilidades escoteiras;
- Promover o engajamento comunitário de crianças e adolescentes por meio de atividades nas áreas ambientais e sociais;
- Promover o voluntariado dedicado a garantia de direitos das crianças e adolescentes.

5. Metas

Objetivos específicos	Metas quantitativas	Metas qualitativas
Sensibilizar e mobilizar as comunidades sobre a temática da violência contra crianças e adolescentes.	1400 cartilhas de Proteção da Infância e Adolescência entregues nas atividades de sensibilização.	Famílias sensibilizadas em relação a ações de proteção contra violência a crianças e adolescentes.
Atuar no fortalecimento de políticas públicas de proteção às crianças e adolescentes, por meio do advocacy nos níveis municipais e estadual.	Atuar em 2 Fóruns ou Conselhos ligados à temática dos Direitos da Criança e do Adolescente no estado do Paraná.	Incidência política em temas ligados a garantia dos direitos da criança e do adolescente, tais como o bloqueio à redução da maioridade penal, realizados.
Sensibilizar as crianças e adolescentes e promover o enfrentamento a manifestações de violência no ambiente escolar e em entidades de acolhimento ou convivência, expressas em especial pelo Bullying.	1400 cartilhas de Proteção contra o Bullying entregues nas atividades de sensibilização.	Famílias e jovens sensibilizados com relação a ações que expressem a manifestação de violência no ambiente escolar e em entidades de acolhimento ou de convivência, expressas especialmente pelo Bullying.
Ofertar atividades que contribuam para que a criança e o adolescente possam utilizar seu tempo livre de forma construtiva junto a escolas públicas e junto a entidades de acolhimento institucional.	Realizar até 26 encontros por unidade escoteira local mobilizada.	Espaços e atividades seguros para o desenvolvimento pessoal de crianças e jovens garantidos.
Promover as ações educativas do Método Escoteiro junto a comunidades tradicionais.	Realizar até 26 encontros por unidade escoteira local mobilizada em comunidades tradicionais.	Espaços e atividades seguros para o desenvolvimento pessoal de crianças e jovens garantidos em comunidades tradicionais.
Fortalecer nas crianças e adolescentes sua prática como protagonistas em suas comunidades.	Engajar ao menos 2 jovens em Fóruns ou Conselhos ligados à temática dos Direitos da Criança e do Adolescente no estado do Paraná.	Jovens conscientes de seu potencial de influenciar em políticas públicas.
Oferecer oportunidades para que a criança e o adolescente busque o conhecimento conforme seus interesses e aptidões nas áreas da cultura, ciência e tecnologia, esportes, serviços e habilidades escoteiras.	Engajar 1400 jovens no desenvolvimento de uma das especialidades.	Possibilitar o desenvolvimento de habilidades nas esferas de da cultura, ciência e tecnologia, esportes, serviços e habilidades escoteiras.
Promover o engajamento comunitário de crianças e adolescentes por meio de atividades nas áreas ambientais e sociais.	Engajar até 2000 pessoas das comunidades em atividades promovidas pelas unidades escoteiras locais nas esferas ambientais e sociais.	Comunidades sensibilizadas quanto a temáticas ligadas às esferas sociais e ambientais.
Promover o voluntariado dedicado a garantia de direitos das crianças e adolescentes.	Engajar até 2 voluntários por unidade local escoteira mobilizada.	Promover o voluntariado em comunidades.

6. Metodologia de execução das atividades

Metas quantitativas	Metas qualitativas	Atividades	Tri 1	Tri 2	Tri 3	Tri 4	Tri 5	Tri 6	Tri 7	Tri 8
1400 cartilhas de Proteção da Infância e Adolescência entregues nas atividades de sensibilização.	Famílias sensibilizadas em relação a ações de proteção contra violência a crianças e adolescentes.	a. Conversa com pais e responsáveis. b. Entrega da cartilha.	x	x	x	x	x	x	x	x
Atuar em 2 Fóruns ou Conselhos ligados à temática dos Direitos da Criança e do Adolescente no estado do Paraná.	Incidência política em temas ligados a garantia dos direitos da criança e do adolescente, tais como o bloqueio à redução da maioria penal, realizados.	a. Participação em reuniões de fóruns e conselhos. b. Prospecção de novos fóruns e conselhos.	x	x	x	x	x	x	x	x
1400 cartilhas de Proteção contra o Bullying entregues nas atividades de sensibilização.	Famílias e jovens sensibilizados com relação a ações que expressem a manifestação de violência no ambiente escolar e em entidades de acolhimento ou de convivência, expressas especialmente pelo Bullying.	a. Conversa com pais e responsáveis. b. Atividade com crianças e jovens. c. Entrega das Cartilhas.	x	x	x	x	x	x	x	x
Realizar até 26 encontros por unidade escoteira local mobilizada.	Espaços e atividades seguros para o desenvolvimento pessoal de crianças e jovens garantidos.	a. Mobilizar unidades escoteiras. b. Realizar os encontros.	x	x	x	x	x	x	x	x
Realizar até 26 encontros por unidade escoteira local mobilizada em comunidades tradicionais.	Espaços e atividades seguros para o desenvolvimento pessoal de crianças e jovens garantidos em comunidades tradicionais.	a. Mobilizar unidades escoteiras. b. Realizar os encontros.	x	x	x	x	x	x	x	x
Engajar ao menos 2 jovens em Fóruns ou Conselhos ligados à temática dos Direitos da Criança e do Adolescente no estado do Paraná.	Jovens conscientes de seu potencial de influenciar em políticas públicas.	a. Participação em reuniões de fóruns e conselhos. b. Prospecção de novos fóruns e conselhos.	x	x	x	x	x	x	x	x

Engajar 1400 jovens no desenvolvimento de uma das especialidades.	Possibilitar o desenvolvimento de habilidades nas esferas de da cultura, ciência e tecnologia, esportes, serviços e habilidades escoteiras.	a. Realizar os encontros. b. Acompanhar a Progressão da Criança e Adolescente.	X	X	X	X	X	X	X	X
Engajar até 2000 pessoas das comunidades em atividades promovidas pelas unidades escoteiras locais nas esferas ambientais e sociais.	Comunidades sensibilizadas quanto a temáticas ligadas às esferas sociais e ambientais.	a. Divulgar os Mutirões Sociais e Ecológicos. b. Acompanhar execução das ações.	X	X	X	X	X	X	X	X
Engajar até 2 voluntários por unidade local escoteira mobilizada.	Promover o voluntariado em comunidades.	a. Mobilizar voluntários nas comunidades. b. Acompanhar adesão de voluntários.	X	X	X	X	X	X	X	X

A metodologia, apresentada acima, divide-se em duas etapas. A primeira etapa é a de Formação e a segunda etapa é de Desenvolvimento. A etapa de Formação é composta por duas fases:

1. Sensibilização e mobilização: a atividade de sensibilização e de mobilização consiste na integração de crianças e adolescentes em Unidades Escoteiras Locais novas ou já existentes. Esta atividade é realizada por um Educador Social, que terá por objetivo demonstrar os benefícios promovidos pela aplicação do Programa Educativo por meio do Método Escoteiro junto as crianças e os adolescentes, para suas famílias, professores ou tutores. Nesta etapa são mobilizadas as crianças e adolescentes interessados conforme sua faixa etária. A divisão se estabelece de 6,5 a 10 anos, no Ramo Lobinho; de 11 a 14 anos no Ramo Escoteiro; de 15 a 17 anos no Ramo Sênior. São mobilizadas também nesta etapa os adultos interessados em atuarem como voluntários.

2. Realização dos encontros: a partir sensibilização e mobilização de crianças, adolescentes, pais, professores, tutores e voluntários, iniciam-se as atividades escoteiras, conforme a periodicidade dos encontros e o melhor dia da semana para que as atividades aconteçam. A realização dos encontros baseia-se nas Fichas de Atividade, oferecidas a partir do Programa Educativo. Hoje, os três ramos possuem mais 200 atividades sistematizadas, apontando objetivos gerais de cada atividade, quais objetivos educacionais atingem, quais materiais são necessários e como deve-se dar a realização da atividade. Estes materiais estão compilados em publicações intituladas “Atividades educativas para o Ramo Lobinho”; “Atividades educativas para o Ramo Escoteiro”; “Os primeiros meses de uma nova alcateia”; “Projetos e Atividades Educativas”; entre outros. Vale ressaltar os pressupostos e os princípios de nosso Projeto Educativo, bem como os componentes de nosso Método Educativo:

a. Desenvolvimento pessoal: o projeto educativo, convencido da pluralidade da natureza humana, busca oferecer as crianças e adolescentes atividades que propiciem o desenvolvimento equilibrado de todas as dimensões de sua personalidade, promovendo, criando e fornecendo oportunidades para o pleno desdobramento de toda a complexa variedade de expressões do ser humano.

b. Compromisso com a educação permanente: o projeto educativo do movimento escoteiro entende que a vida se reinicia a cada momento, o que a converte numa aprendizagem que nunca se conclui. Desta forma compreendemos que os aspectos educacionais não podem se resumir ao sistema escola ou a um período da vida, já que o ser humano tem a necessidade e de ter a possibilidade de aprender ao longo de toda sua existência. Por isto, o Projeto Educativo Escoteiro orienta a criança e ao adolescente, para que busque seu autodesenvolvimento e sua constante superação.

c. Valores essenciais: constam como valores essenciais do Projeto Educativo o incentivo a que as crianças e adolescente mantenham três aspectos em sua vida: a relação com Deus, com o próximo e consigo mesmo. Na relação para com Deus, incentiva-se a que o jovem busque esta relação vivenciando os valores e propostas de sua comunidade religiosa, independente de qual seja. Este aspecto é incentivado pois acreditamos que uma pessoa guiada por estes princípios reconhece, vive e compartilha o sentido transcendente da vida, sem sectarismos ou fanatismos. A relação para com o próximo é incentivada a partir da reflexão sobre a cultura da paz, o cuidado e o carinho com o mundo natural, comprometidos com o desenvolvimento sustentável. Incentivamos também a curiosidades das crianças e jovens, como forma de ajuda-los a se projetarem em suas vidas adultas, despertando assim o interesse pela aquisição de habilidade para o trabalho manual para a transformação, descobrindo a ciência e a tecnologia. Incentiva-se nesta relação com o próximo a admiração pelo trabalho bem feito e a aspiração pela excelência, sendo o lema dos escoteiros e seniores "O melhor possível". Incentivamos também que as crianças e jovens busquem sua realização pelo serviço ao próximo. Acreditamos que uma pessoa animada por esse espírito deixará o mundo melhor do que aquele que encontrou. Por fim, o terceiro aspecto, a relação consigo mesmo, incentiva a criança e ao adolescente a usar sua liberdade e a assumi-la com responsabilidade, aprendendo a discernir e decidir e enfrentando as consequências de seus atos. Estes aspecto busca também motivá-los a tomarem consciência de sua dignidade, a se superar constantemente e a formular seu projeto de vida.

d. Aprendizagem pelo serviço: vivenciando um dos valores essenciais, na relação com o próximo, o Método Escoteiro propõe que as crianças e adolescente assumam uma atitude solidária, realizem ações concretas de serviço e se integrem, progressivamente ao desenvolvimento de suas comunidades.

e. Aprendizagem pela ação: como citado anteriormente, o Método Escoteiro favorece a que a criança e o adolescente aprendam a partir de suas próprias experiências, a partir da observação, do descobrimento, da elaboração da inovação e da experimentação. Desta forma, do ponto de vista cognitivo, se substitui a simples recepção de informação pela efetiva aquisição de conhecimento; do ponto de vista da afetividade, se substitui a norma imposta pela norma descoberta e a disciplina exterior pela interior; e do ponto de vista motriz, a passividade receptiva pela criatividade efetiva.

f. Trabalho em equipes: o trabalho em equipes, além de acelerar a socialização, com crianças e jovens de semelhantes etapas de desenvolvimento, ensinam a estabelecer vínculos profundos, geram responsabilidades progressivas, proporcionam autoconfiança e criam um espaço educativo privilegiado, para que a criança e ao adolescente se desenvolvam.

g. Aprendizagem lúdica: o jogo oferece excelentes oportunidades para experimentar, aventurar, imaginar, sonhar, projetar, criar e recriar. É a partir do jogo que a criança e o adolescente experimentam novas ocasiões de aprendizagem e tornam-se protagonistas, desempenhando papéis diversificados, assumindo responsabilidades, desfrutaram de triunfos e aprenderem a perder, avaliando sua própria experiência.

h. Sistema progressivo: outra importante característica do Método Escoteiro é a diversidade de atividades oferecidas, em harmonia com os pressupostos e componente já apresentados, que encaminham progressivamente a criança e ao adolescente para seu desenvolvimento.

i. A vida ao ar livre: o Método Escoteiro acredita que os desafios que a natureza apresenta permitem aos jovens equilibrar seu corpo, desenvolver suas capacidades físicas, manter e fortalecer a saúde, exercitar espontaneamente sua liberdade, estabelecer vínculos profundos com outros jovens, compreender as exigências básicas da vida em sociedade e formar seus conceitos estéticos.

j. Ênfases educativas por faixa etária: cada faixa etária possui uma necessidade específica de desenvolvimento prioritário. No Projeto Educativo Escoteiro, o Ramo Lobinho concentra sua ênfase no processo de socialização, na faixa etária de 6,5 anos a 10 anos, com o lema “Melhor possível”; o Ramo Escoteiro concentra sua ênfase na criação e ampliação da autonomia, na faixa etária de 11 a 14 anos, incentivando a exploração de novos territórios com um grupo de amigos, tendo como lema “Sempre Alerta”; o Ramo Sênior, na faixa etária de 15 a 17 anos, com ênfase no processo de autoconhecimento, aceitação e aprimoramento das características pessoais, incentivando este jovens na busca pela superação se seus próprios desafios.

A segunda etapa do projeto, denominada Desenvolvimento, consistirá em diversas atividades complementares, que contribuirão para o alcance dos objetivos propostos:

1. Orientações para pais, famílias e tutores sobre Proteção Infanto-Juvenil: o projeto manterá, durante toda sua atuação, a atividade de orientação para os pais, as famílias e seus tutores, para os aspectos da Proteção Infanto-Juvenil. Neste material constam instruções sobre o que é abuso sexual, consequências para a vítima, passos para atuar na prevenção de situações de abuso, além de orientações sobre como prevenir estas situações online.

2. Apresentação e acompanhamento do Mapa de Progressão Pessoal: o Método Escoteiro estimula que cada criança e adolescente, promovendo desde cedo sua autonomia, acompanhe e reflita sobre seu desenvolvimento pessoal. Para isto, cada criança e adolescente, conforme seu desenvolvimento e maturidade, iniciará prática de atividades dentro do Programa Educativo em diferentes níveis, tendo registrada cada uma de suas novas conquistas, estimulando e valorizando seu processo de desenvolvimento. Este acompanhamento é realizado por um adulto.

3. Desenvolvimento de atividades de progressão: as crianças e adolescente, orientados nos encontros semanais, poderão desenvolver atividades diárias que contribuem com sua progressão pessoal, seja a partir do desenvolvimento de fichas de atividades, seja pela prática de ações que contribuam para o desenvolvimento de uma especialidade, entre outros.

4. Prevenção ao uso de drogas: ao longo das atividades serão distribuídos aos grupos uma cartilha de orientação chamada “Papo Reto. Drogas: um caminho sem volta.” O material foi desenvolvido a partir de depoimentos de celebridades que já foram dependentes químicas e conseguiram se livrar do vício; outra que não conseguiram e faleceram por overdoses; os riscos e consequências de se experimentar os principais tipos de drogas; dicas de filme que abordam o tema e suas consequências; mitos e verdades sobre o assunto; e dicas sobre como evitar a dependência.

5. Formação de Educadores: os educadores são chamados de escotistas, podendo ser adultos voluntários ou profissionais, que aplicam o métodos escoteiro junto as crianças e adolescentes. Sua formação é necessária para a adequada realização das atividade de educação não-formal, como proposto no Projeto Educativo. São utilizadas como ferramentas nesta fase flyers, cartazes, coffee-breaks, materiais dos Cursos de Formação I, II e III. Nestas capacitações, os voluntários passam por imersões no Programa Escoteiro e são responsáveis, inclusive pelo preparo de suas próprias refeições.

6. Formação de Bibliotecas Escoteiras: as Bibliotecas Escoteiras são formadas a partir das mais de 60 obras que já compõe a bibliografia de educação não-formal do Movimento Escoteiro. Constituem um suporte educacional essencial para o trabalho dos voluntários.

7. Acompanhamento das UELs: após a formação das Unidades Escoteiras Locais, os animadores territoriais do projeto envolvem-se também no acompanhamento destas unidades, com intuito de garantir seu adequado funcionamento e adequação às normas do Programa Educativo.

8. Animação Territorial: palestras, flyer de divulgação, fichas de inscrição, aluguel de veículo, combustível, profissional, alimentação, tributos, coffee-break, cartilhas de proteção, cartazes.

9. Mobilizar a participação nas reuniões de Fóruns e Conselhos: o projeto atuará incentivando a participação de representantes das UELs no Fóruns DCA e nos CEDCAS e CMDCAS, contribuindo para a formação de políticas públicas locais em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

10. Advocacy: a partir do projeto, fortaleceremos as ações de advocacy, via União Parlamentar Escoteira do Brasil, que já conta com mais de 200 membros no país, focando a atuação junto aos Deputados Estaduais, Vereadores e representantes paranaenses na União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e no Conselho Nacional de Secretários de Educação, pautando os temas da defesa de direitos das crianças e dos adolescentes, atuando em especial, contra a redução da maioria penal.

11. Combate ao Bullying: o projeto também busca reduzir a incidência de situação de violência entre as próprias crianças e adolescente, através de atividade formativas de combate ao bullying. Neste material são trabalhados o conceito de bullying, os tipos de ação consideradas bullying, como prevenir o bullying e fichas de atividades para realização de trabalhos com os jovens.

12. Fortalecer as atividades de educação não formal junto a comunidades tradicionais: a partir da experiência desenvolvida com comunidades tradicionais no Alto Solimões, na Amazônia, o projeto poderá também formar UELs para fortalecer a educação, em comunidades como Ribeirinhos, Quilombolas e de imigrantes, como os ucranianos.

13. Suporte às UELs: o projeto oferecerá suporte administrativo, financeiro, pedagógico e social às Unidades Escoteiras Locais, prevendo os investimento necessários para registro destas UELs junto a cartórios; materiais de escritório para o início de suas atividades; um computador para cada grupo formado e atuante por 12 meses consecutivos; kit de vestuário escoteiro para os novos membros dos grupos escoteiros do projeto; transporte para uma atividade externa anual estadual; entre outros.

14. Integração das crianças e adolescentes ao Mutirão Nacional Escoteiro de Ação Ecológica (MutEco): responsável por mobilizar mais de 657 mil pessoas em 2015, este mutirão reforça todo o Projeto Educativo do Movimento Escoteiro, materializando diversas das ações desenvolvidas pelos grupos em prol do meio ambiente.

15. Integração das crianças e adolescentes ao Mutirão Nacional Escoteiro de Ação Comunitária (MutCom): responsável por mobilizar mais de 445 mil pessoas em 2015, este mutirão reforça todo o Projeto Educativo do Movimento Escoteiro, materializando diversas das ações desenvolvidas pelos grupos e prol da comunidade.

16. Fortalecer nas crianças e adolescentes a reflexão sobre suas origens: como forma de reforçar os aspectos de constituição de nossa cultura, refletindo sobre nossas origens e identidades culturais, o projeto incentivará crianças e adolescentes a refletirem sobre os aspectos de linguagem e comunicação, cultura e geografia em conjunto com a Comunidade do Escotismo Lusófono, composta por nove diferentes países.

As crianças e adolescentes atendidos pelo projeto, desenvolverão suas atividades nas próprias escolas públicas participantes, onde funcionarão as unidades escoteiras locais; ou então desenvolverão suas atividades nas sedes de grupos escoteiros já existente, no caso das crianças e adolescentes de entidades de acolhimento, favorecendo seu processo de convivência social e comunitária. O projeto contribuirá com o fornecimento de materiais para atividades escoteiras durante o primeiro ano de atividade.

6.1. Cronograma de atividades a serem realizadas com as crianças e adolescentes

Complementando o modelo de descrição do cronograma de atividades em vigência no site do CEDCA/PR, segue abaixo a descrição de atividades que serão realizadas com crianças e adolescentes.

Atividades	Periodicidade
Encontros periódicos na Unidade Escoteira Local para aplicação do Método Escoteiro com as crianças e adolescentes, garantindo um espaço saudável de convivência e de promoção de garantia de direitos.	Semanal
Capacitação de voluntários e profissionais pelos Cursos de Formadores I, II e III.	Anual
Desenvolvimento de atividades necessárias para a obtenção de especialidades	Diária

Elaboração e acompanhamento do Mapa de Progressão individual de cada criança e adolescente atendido	Semanal
Incentivo à leitura a partir da formação da Bibliotecas Escoteiras	Semanal
Acompanhamento do rendimento escolar das crianças e adolescentes participantes do projeto	Bimestral
Acompanhamento da frequência escolar das crianças e adolescentes participantes do projeto	Bimestral
Fomentar a participação conjunta de um adulto e uma criança e adolescente de cada UEL nas reuniões do Fórum DCA, CEDCAS e CMDCAS	Mensal
Inclusão de crianças e adolescentes no Mutirão Nacional Escoteiro de Ação Ecológica (MutEco).	Anual
Inclusão de crianças e adolescentes no Mutirão Nacional Escoteiro de Ação Comunitária (MutCom).	Anual
Mobilizar atividades de proteção infanto juvenil com as crianças e adolescentes participantes.	Anual
Mobilizar atividades de prevenção ao Bullying com as crianças e adolescentes.	Anual
Mobilizar atividades de prevenção a drogadição com as crianças e adolescentes.	Anual

6.2. Cronograma de atividades a serem realizadas com as famílias

Complementando o modelo de descrição do cronograma de atividades em vigência no site do CEDCA/PR, segue abaixo a descrição de atividades que serão realizadas com crianças e adolescentes.

Atividades	Periodicidade
Reunião de pais e responsáveis para orientações	Trimestral
Entrega da cartilha de Proteção Infanto Juvenil para todos os pais e responsáveis	Anual
Entrega da cartilha Papo Reto para pais e responsáveis	Anual
Incentivo a participação de pais como voluntários nas ações educativas junto as unidades escoteiras locais, favorecendo a convivência comunitária e o voluntariado.	Mensal

7. Metodologia de avaliação do projeto

Metas Quantitativas			
Metas Quantitativas	Indicadores	Forma de verificação	Periodicidade
1400 cartilhas de Proteção da Infância e Adolescência entregues nas atividades de sensibilização.	Número de cartilhas distribuídas.	Comprovante com assinatura do pai ou responsável.	Mensal
Atuar em 2 Fóruns ou Conselhos ligados à temática dos Direitos da Criança e do Adolescente no estado do Paraná.	Número de fóruns e/ou conselhos com participantes.	Memória de reunião e/ou declaração do Fórum e/ou conselho.	Mensal
1400 cartilhas de Proteção contra o Bullying entregues nas atividades de sensibilização.	Número de cartilhas distribuídas.	Comprovante com assinatura do pai ou responsável.	Mensal
Realizar até 26 encontros por unidade escoteira local mobilizada.	Número de encontros realizados por unidade escoteira local mobilizada.	Foto; Lista de presença.	Semanal
Realizar até 26 encontros por unidade escoteira local mobilizada em comunidades tradicionais.	Número de encontros realizados por unidade escoteira local mobilizada em comunidades tradicionais.	Foto; Lista de presença.	Semanal
Engajar ao menos 2 jovens em Fóruns ou Conselhos ligados à temática dos Direitos da Criança e do Adolescente no estado do Paraná.	Número de jovens engajados em Fóruns e/ou Conselhos.	Ata e/ou; Declaração do Fórum e /ou Conselho.	Mensal
Engajar 1400 jovens no desenvolvimento de uma das especialidades.	Número de crianças e adolescentes que desenvolveram habilidades em especialidades.	Sistema de Gerenciamento do Movimento Escoteiro.	Semestral
Engajar até 2000 pessoas das comunidades em atividades promovidas pelas unidades escoteiras locais nas esferas ambientais e sociais.	Número de pessoas da comunidade engajadas em ações sociais e ambientais.	Sistema de Gerenciamento do Movimento Escoteiro.	Semestral
Engajar até 2 voluntários por unidade local escoteira mobilizada.	Número de voluntários mobilizados por unidade escoteira local.	Sistema de Gerenciamento do Movimento Escoteiro.	Semestral

Metas Qualitativas			
Metas Qualitativas	Indicadores	Forma de verificação	Periodicidade
Famílias sensibilizadas em relação a ações de proteção contra violência a crianças e adolescentes.	Índice de sensibilização em relação a ações de proteção contra violência a crianças e adolescentes.	Pesquisa aplicada com os pais e responsáveis.	Anual
Incidência política em temas ligados a garantia dos direitos da criança e do adolescente, tais como o bloqueio à redução da maioria penal, realizados.	Número de ações de incidência política realizadas.	Protocolos em órgãos públicos e parlamentares.	Semestral
Famílias e jovens sensibilizados com relação a ações que expressem a manifestação de violência no ambiente escolar e em entidades de acolhimento ou de convivência, expressas especialmente pelo Bullying.	Índice de sensibilização em relação a ações de prevenção ao bullying.	Pesquisa aplicada com os pais e responsáveis.	Anual
Espaços e atividades seguros para o desenvolvimento pessoal de crianças e jovens garantidos.	Número de grupos mobilizados.	Sistema de Gerenciamento do Movimento Escoteiro.	Anual
Espaços e atividades seguros para o desenvolvimento pessoal de crianças e jovens garantidos em comunidades tradicionais.	Número de grupos mobilizados em comunidades tradicionais.	Sistema de Gerenciamento do Movimento Escoteiro.	Anual
Jovens conscientes de seu potencial de influenciar em políticas públicas.	Índice de sensibilização em relação a ações de prevenção ao bullying.	Pesquisa aplicada com os pais e responsáveis.	Anual
Possibilitar o desenvolvimento de habilidades nas esferas de da cultura, ciência e tecnologia, esportes, serviços e habilidades escoteiras.	Número de encontros realizados nas unidades locais escoteiras.	Listas de presença.	Semestral
Comunidades sensibilizadas quanto a temáticas ligadas às esferas sociais e ambientais.	Número de ações realizadas junto às comunidades.	Sistema de Gerenciamento do Movimento Escoteiro.	Anual

Promover o voluntariado em comunidades.	Número de voluntários mobilizados por unidade escoteira local.	Sistema de Gerenciamento do Movimento Escoteiro.	Semestral
---	--	--	-----------

8. Plano de aplicação

Recursos do FIA

	Valor Total (R\$)
Material de Consumo	R\$ 135.442,00
Equipamentos	R\$ 30.000,00
Serviços de Terceiros	R\$ 380.920,00
Pessoal	R\$ 455.301,40
TOTAL GERAL	R\$ 1.001.663,40

Curitiba, 05 de setembro de 2016.

Alessandro Vieira Garcia
Representante Legal da Entidade

Fernando Luis Mazur
Contador responsável CRC /PR 045321/0-0

Atenção, importante!!!

- O Plano de Aplicação deverá ser apresentado conforme modelo acima em folha distinta (ou seja separado do projeto social), em papel timbrado do proponente e **assinado pelo representante legal da entidade e pelo contador (devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC).**
- Deverá ainda, ser anexada planilha detalhada descrevendo os itens, valores unitários e valor total do que serão **adquirido com os recursos do FIA.**
- No caso de obras, ampliações ou melhorias deverão anexar documentação e planilha padrão do Governo do Estado do Paraná e com o parecer da Divisão de Engenharia e Obras da SEDS.*

* Alteração dada pela Deliberação nº 054/2011.

